

1 **ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA**
2 **HIDROGRÁFICA – CSBH DO MÉDIO JAGUARIBE**

3 Ao 07 (sete) dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, das 9:00 às 13:00 horas,
4 estiveram reunidos no auditório da Câmara Municipal, município de Jaguaretama - CE, os
5 representantes das instituições membros do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe,
6 para discutir a seguinte pauta: **1. (08:30 min) – CoffeBreak; 2. (09:00 min) – Abertura e Resgate**
7 **dos Encaminhamentos da Reunião Anterior; 3. (09:10 min) – Verificação do quorum; 4.**
8 **(09:15 min) – Aprovação da Ata da 59ª Reunião Ordinária do colegiado; 5. (09:25 min) –**
9 **Posse das instituições Membros do colegiado, escolhidas por ocasião do Congresso de**
10 **Renovação do CSBH Médio Jaguaribe para preenchimento de vagas criadas após a**
11 **publicação do Regimento Interno no DOE; 6. (09:35 min) – Discussão da Priorização de Usos**
12 **para efeitos de uso da água na sub-bacia hidrográfica do Médio Jaguaribe; 7. (10:00 min) –**
13 **Escolha de uma comissão de membros para acompanhar o processo de Renovação da CG do**
14 **açude Jenipapeiro, município de Dep. Irapuan Pinheiro; 8. (10:10 min) – Apresentação da**
15 **Situação Hídrica do Baixo e Médio Jaguaribe – COGERH; 9. (10:50 min) – Apresentação**
16 **FUNCEME “Impacto da construção do açude Caraúbas sobre o açude Riacho do Sangue” –**
17 **Discussão da Minuta de Moção 01/2019 – Apoio a Construção do Açude Caraúbas, município**
18 **de Solonópole; 10. (12:30 min) – Informes/Encaminhamentos; 11. (13:00 min) –**
19 **Encerramento.** Estiveram presentes: o Sr. Max Carrieri Guedes Monteiro e a Sra. Sandra Helena
20 Nogueira Pinheiro – Fundação Dr. Ozanam Monteiro – Solonópole; a Sra. Dyane Guimaraes
21 Miranda – Instituto de Desenvolvimento e Formação Cidadã – IDFC- Tabuleiro do Norte; a Sra.
22 Flaviana Guimarães de Lima - Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – IRDSS -
23 Tabuleiro do Norte; o Sr. Francisco Francalino de Sousa e a Sra. Antônia Regilânia de Freitas
24 Sobral – Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais e Agricultores (as) Familiares de Deputado
25 Irapuan Pinheiro; os Srs. José Valderi Pimenta e Geraldo Maria Gomes – Sindicato dos
26 Trabalhadores (as) Rurais e Agricultores (as) Familiares de Iracema; o Sr. Joseane Silveira de
27 Moraes – Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais e Agricultores (as) Familiares de Pereiro; as Sras.
28 Damiana Alves Bruno e Maria Alves de Oliveira – Associação Comunitária dos Assentados de Boa
29 Esperança - Iracema; o Sr. Fernando Antônio Gomes de Almeida – Associação de Fomento a
30 Caprino Ovinocultura e Gado de Leite de São João do Jaguaribe – ASCOS; o Sr. Elianildo Lopes
31 Clemente – Associação dos Criadores de Tilápia do Castanhão – ACRITICA; o Sr. Antônio Moraes
32 Honório – Associação de Desenvolvimento C. Francisco M. do Nascimento – Jaguaribe; o Sr.
33 Francisco de Assis Rabelo Pereira – Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Caraúbas – Alto
34 Santo; os Srs. Vicente Bibiano e o Sr. Antônio Laudo Clementino – Associação dos Pescadores do
35 Açude Castanhão – APAC; o Sr. José Martins Gonçalves Neto e a Sra. Francisca Laiane Vieira
36 Dantas – Associação Geral do Mandacaru – AGEMA; a Sra. Leidiane Christina de Oliveira –
37 CAGECE/UNBBBBJ; o Sr. Cícero Junier Barreto – Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
38 Jaguaribe; a Sra. Suynara Suelle Oliveira da Silva – Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
39 Solonópole; o Expedito Diógenes Neto – Sindicato Rural de Jaguaretama; o Sr. Daniel Linhares
40 Gonçalves – Câmara Municipal de Jaguaribara; a Sra. Aline dos Santos Oliveira – Prefeitura
41 Municipal de Alto Santo; o Sr. Francisco Bandeira Maia Neto – Prefeitura Municipal de Erere; o Sr.
42 Francisco César Campelo Rodrigues – Prefeitura Municipal de Jaguaribe; os Srs. Raimundo Eudivan
43 da Silva e José Jurailson Bezerra Brito – Prefeitura Municipal de Jaguaretama; o Sr. Fernando
44 Pimentel de Andrade – DNOCS; o Sr. João Alves de Menezes – EMATERCE Jaguaribe; o Sr.
45 Valdenor Nilo de Carvalho Júnior – FUNCEME Fortaleza; o Sr. Alyssandro Soares Herculano
46 Barroso – SDA – Fortaleza e a Sra. Márcia Soares Caldas – SRH – Fortaleza. A reunião foi iniciada
47 pelo Sr. Vinícius Bezerra, Vereador, Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Jaguaretama
48 que deu as boas vindas a todos, em especial aos servidores da casa que estavam auxiliando na
49 condução dessa assembleia e disse que sob a proteção de Deus estava aberta a sessão. Em seguida
50 passou a palavra a Sr. Flaviana – Presidente do CSBH Médio Jaguaribe que iniciou suas palavras

51 com alguns agradecimentos: a todos os integrantes do CSBH Médio Jaguaribe pela presença as
52 reuniões do colegiado, à Câmara Municipal de Jaguaretama pelo espaço cedido para para que essa
53 reunião acontecesse, aos demais membros do comitê que com ela compõem a diretoria (Sr. Lurivan
54 e Sr. Joseane), aos integrantes da Secretaria Executiva – COGERH Limoeiro do Norte pelo
55 relevante apoio que esta equipe sempre vem prestando ao longo do tempo ao CSBH Médio
56 Jaguaribe. Em seguida convidou o Sr. Joseane, a Sra. Márcia Caldas e o Sr. Almeida Chaves da
57 COGERH para compor a mesa, facultando a palavra aos convidados. Em sua fala, o Sr. Joseane deu
58 as boas vindas a todos a 22º Reunião Extraordinária, comentando que apesar de aparentemente ter
59 poucas pessoas, ele acreditava que havia quórum suficiente e passou a palavra a Sra. Márcia Caldas.
60 Em suas palavras, a Sra. Márcia Caldas falou que ela representa a Secretaria dos Recursos Hídricos
61 do Estado do Ceará – SRH no CSBH Médio Jaguaribe, que ajuda na deliberação, condução e
62 acompanhamento de obras públicas no âmbito da SRH, auxiliando, ainda, os comitês de bacia e a
63 Secretaria Executiva quanto a legislação pertinente aos recursos hídricos, dentre outras atribuições.
64 Finalizou a exposição desejando que tivéssemos uma reunião produtiva e passou a palavra para o
65 Sr. Almeida. Este, iniciou sua fala dizendo que atualmente está como Coordenador do Núcleo
66 Técnico da Gerência Regional de Limoeiro do Norte e que faria, como de praxe, uma rápida
67 apresentação com dados dos reservatórios das Sub-bacias Hidrográficas do Médio e Baixo
68 Jaguaribe e concluiu desejando que a reunião que ora se inicia tivesse êxito. Na sequência a Sra.
69 Flaviana retoma a palavra, desfaz à mesa e indaga a plenária se havia a necessidade de se fazer a
70 leitura da pauta, se existia alguma dúvida quanto a isso (pauta) ou se podíamos dar prosseguimento
71 a reunião. A plenária foi unânime em afirmar que se desse andamento à sessão. Além dos assuntos
72 já pautados e mencionados acima, a Sra. Flaviana colocou para a apreciação do colegiado um ponto
73 extra para ser incluso na pauta conforme descrição a seguir: “solicitação da Prefeitura Municipal de
74 Jaguaribara, Câmara Municipal de Jaguaribara e produtores de tilápia locais para discussão sobre a
75 recente mortandade de peixes ocorrida no mês de maio no açude Castanhão”. Perguntou, desse
76 modo, se a plenária concordava com o acréscimo desse assunto, o que de imediato fora aceito por
77 todos. O Sr. Leandro pediu a palavra e também deu as boas vindas a todos, disse que como
78 Coordenador do Núcleo de Gestão se sentia feliz por mais uma vez está conduzindo uma Reunião
79 do CSBH Médio Jaguaribe, agradeceu pela receptividade da Câmara Municipal de Jaguaretama,
80 representada naquele dia pelo Vereador Sr. Vinícius Bezerra e pediu que ele levasse os
81 agradecimentos ao Sr. Lira – atual Presidente da Câmara. Posteriormente apresentou a equipe da
82 COGERH: o Sr. Almeida Chaves (Coordenador do Núcleo Técnico), o Sr. Aroldo Vidal (Analista
83 em Gestão dos Recursos Hídricos) – que hoje será o responsável pela ata e solicitou que quem fosse
84 falar mencionasse o nome e a instituição para facilitar o registro da informação e Sra. Emília Régis
85 (Assistente Administrativo) que ficará encarregada do registro fotográfico e apoio administrativo do
86 evento. Apresentou também a Sra. Mires Bouty da Gerência Participativa da COGERH/Sede. Em
87 seguida o Sr. Leandro repassou a palavra para a Sra. Flaviana que pôs para a apreciação da plenária
88 a ata da 59º RO do colegiado, que por este foi aprovada por unanimidade. Continuando a Sra.
89 Flaviana informou a todos sobre a ampliação dos membros do comitê, que após uma longa
90 tramitação o decreto havia sido publicado do DOE/CE e que agora já se podia dá posse as
91 instituições habilitados durante o congresso de renovação ocorrido em Jaguaribara. A esse respeito,
92 o Sr. Max Carrieri relatou certa preocupação com a legalidade do processo de ampliação dos
93 membros do CSBH Médio Jaguaribe. E indagou à plenária de forma enfática: “*como o CSBH*
94 *Médio Jaguaribe elegeu um colegiado de 40 (quarenta) membros se não existia no atual regimento*
95 *dispositivo que amparasse tal medida*”? E continuou sua exposição afirmando ser no mínimo
96 contraditório a adoção daquela decisão, que em sua visão, pode ser contestada por via judicial.
97 Ponderou que ele reconhece que o regimento é o normativo do colegiado, porém há um problema
98 latente que necessariamente precisa ser elucidado: “*é que no regimento do colegiado não há*
99 *indicativo de alteração da quantidade de seus membros, então como empossar novos integrantes se*
100 *não havia regulamentação para isso? Criou-se assim, um vácuo/uma lacuna que impreterivelmente*

101 *precisam ser revistos. Prosseguiu afirmando que “por analogia há que se seguir o caminho da*
102 *publicação da lei no tempo e no espaço. O regimento interno do CSBH médio Jaguaribe é lei, é*
103 *norma em sentido amplo e desse modo, todas as leis, tem sua vigência a partir de sua promulgação*
104 *e publicação, ou após decorrer o prazo de vacância que lhe tenha sido fixado, sob pena de ser*
105 *questionada judicialmente”.* Assim, o Sr. Max Carrieri sugeriu que se abra vacância, que se
106 construa um novo regimento interno no tocante àquilo que se pretende alterar, e, só após essas
107 etapas preliminares, que se dê posse aos novos membros. Complementa que do modo como foi
108 formatado “*a posse só poderia ocorrer após o dia 13 de maio de 2019 – data de publicação do*
109 *novo regimento no DOE/CE, o que efetivamente não ocorreu, haja vista que os outros membros*
110 *foram empossados antes da data em questão”.* A Sra. Márcia Caldas interveio e disse que todas as
111 questões levantadas pelo Sr. Max Carrieri são importantes e pertinentes, porém antes de se dá
112 prosseguimento ao trâmite de ampliação das vagas do CSBH Médio Jaguaribe que ora se questiona,
113 fora realizada consulta ao jurídico que embasou/fundamentou a questão. Afirmou que durante o
114 congresso de renovação os novos membros ficaram como se fossem suplentes (na espera), tomando
115 posse somente a posteriori. Concluiu mencionando que o colegiado é soberano, e, portanto, caso o
116 comitê queira rever a sua deliberação alterando o regimento, isso poderá ocorrer, desde que
117 respeitada a vontade de pelo menos 1/3 terço dos seus membros. O Sr. Max Carrieri diz que
118 entende, porém não se pode fugir a lei e ressaltou que não estava para criar problema, mas para
119 apontar soluções. Sugeriu que por analogia é melhor seguir a lei para evitar qualquer infortúnio
120 ulterior. O Sr. Jurailson pontuou que essa discussão foi suscitada à época do congresso. Finalizou
121 acrescentando que “*o congresso tem o condão de aprovar/deliberar, sendo portanto soberano*”, e
122 desse modo ele não via nenhum problema quanto a isso. No mesmo contexto, a Sra. Damiana
123 perguntou que caso ela se sentisse insatisfeita, ela poderia questionar isso na justiça? O Sr. Max
124 Carrieri respondeu que sim e que provavelmente tal fato irá ocorrer, tendo em vista que urge se
125 respeitar o princípio da eficácia da lei no tempo. A Sra. Márcia Caldas ponderou que reconhece que
126 se deve obediência e respeito à lei, e que desse modo, “*não se pode rasgar a lei, haja vista que*
127 *refazer todo o processo é violar a decisão soberana do CSBH Médio Jaguaribe, portanto, é*
128 *contrariar a lei”* e concluiu que a proposta do Sr. Max Carrieri nos moldes que aqui fora
129 apresentada não pode ser aprovada. Após intensa discussão acerca do assunto, a Sra. Flaviana pôs
130 em votação a aprovação do processo de posse das instituições membros do colegiado, escolhidas
131 por ocasião do Congresso de Renovação do CSBH Médio Jaguaribe para preenchimento de vagas
132 criadas após a publicação do Regimento Interno no DOE/CE, cujo resultado foi o seguinte: **18**
133 **(dezoito) votos a favor, 01 (um) voto contra e 01 (uma) abstenção.** O Sr. Leandro alertou que
134 com a publicação do novo regimento e agora com a aprovação do trâmite de posse pelo colegiado, é
135 importante lembrar que o comitê teria de alguma forma, ou por eleição ou por aclamação, proceder
136 a escolha de um Secretário(a) Adjunto(a). A Sra. Mires destacou que quem se candidatasse ao cargo
137 de Secretário(a) Adjunto(a) fosse uma pessoa capaz de fazer as atas e de cumprir com as obrigações
138 atinentes ao cargo e que não fosse só para constar na documentação do comitê: “*que fosse um*
139 *secretário de fato”.* A plenária, porém decidiu tratar da escolha do Secretário(a) Adjunto(a) em
140 outro momento. A Sra. Flaviana no uso de suas atribuições e prerrogativas como Presidente do
141 CSBH Médio Jaguaribe e como coordenadora/mediadora da sessão, pôs em discussão a priorização
142 do uso da água no âmbito do Médio Jaguaribe, assunto que para ela é “*importante e que deve ser*
143 *discutido e deliberado com a maior brevidade possível, haja vista que essa discussão já avançou*
144 *em outros comitês e que não pode ficar à margem desse colegiado”.* Reforçou que o assunto é
145 importante, longo e que provavelmente não se esgotaria agora em uma única reunião. O Sr. Leandro
146 disse que trouxe o modelo do CSBH Baixo Jaguaribe – resolução que restringia algumas
147 modalidades produtivas, ao mesmo tempo em que definiram os usos prioritários, que poderiam
148 servir de base para o Médio Jaguaribe, feitas é claro, as devidas adaptações e concluiu fazendo a
149 leitura da resolução. O Sr. Assis Rabelo indagou se já existe pronunciamento tanto da SRH quanto
150 do CONERH sobre a questão, pois a resolução do jeito que está fala em “*propor*” e não em

151 “deliberar”, em “aprovar”, em “estabelecer”. Disse que mencionou este fato para que o comitê
152 não venha discutir coisa inútil, coisa que venha a ser revogada pelas instâncias superiores no
153 sistema de recursos hídricos. A Sra. Márcia Caldas disse que a prerrogativa de definição de usos
154 prioritários dos recursos hídricos é da SRH, de forma mais clara e precisa do secretário Sr. Teixeira
155 dentro de suas prerrogativas discricionárias que a lei lhe atribuem, porém nada impede que os
156 comitês de bacias proponham usos prioritários ou restrição dos mesmos via resolução a ser
157 apreciada pelo CONERH. O Sr. Joseane complementou que a definição do uso da água é muito
158 importante, porém alertou que é importante discutir a questão dentro das peculiaridades e
159 particularidades do Médio Jaguaribe. O Sr. Max Carrieri disse que no trato do assunto a resolução
160 talvez não seja o instrumento adequado, e destacou que se for para manter a resolução teria que
161 haver uma troca/inversão do verbo “*proponer*” pelo verbo “*definir*”. A Sra. Márcia Caldas disse que
162 concordava com o Sr. Max Carrieri, e pontuou que o vai se construir é propor uma resolução para
163 que o CONERH a aprecie. O Sr. Max Carrieri concluiu que a moção talvez fosse o instrumento
164 mais hábil para o trato da demanda. O Sr. Joseane pediu a palavra e enfatizou que o mais importante
165 nesse momento é aprovar/definir as prioridades de uso hoje, e que as discussões sobre qual termo
166 técnico seria mais adequado ficasse para outra oportunidade, como forma de dá celeridade a sessão.
167 A Sra. Mires chamou a atenção para o fato de que o que está em discussão, o que pode ser objeto de
168 alteração/deliberação no âmbito de cada comitê da bacia é somente o terceiro uso, uma vez que os
169 dois primeiros já estão definidos em lei. Após longo debate sobre o tema, a Sra. Flaviana pôs em
170 discussão as prioridades referentes ao terceiro uso da água no âmbito do CSBH Médio Jaguaribe. O
171 Sr. Joseane lembrou que a agropecuária na sub-bacia do Médio Jaguaribe apesar de ser o motor da
172 região vem sendo castigada ao longo dos anos e que desse modo, era preciso priorizar esse setor,
173 pois “*quem tem que escolher somos nós, senão os outros escolhem pela gente*”. A Sra. Márcia
174 Caldas esclareceu que o Decreto 31.076 de 12 de dezembro de 2012 em seu Art. 15 e incisos
175 subsequentes fazem menção a outorga do direito de uso da água em ordem crescente de grandeza.
176 Desse modo, seguindo o raciocínio anteriormente proposto pelo Sr. Joseane, a Sra. Márcia Caldas
177 diz que bastaria a inversão no posicionamento dos incisos IV e V do Art. 15 do decreto supracitado
178 para que a prioridade de uso se adequasse aos anseios e peculiaridades do Médio Jaguaribe. Ao
179 retomar a palavra, a Sra. Flaviana indagou se todos estavam de acordo com a proposição do Sr.
180 Joseane e como não houve nenhuma objeção, a proposta fora aprovada por unanimidade. Esgotado
181 esse ponto, a Sra. Flaviana disse que passaria ao próximo ponto da pauta: escolha de uma comissão
182 de membros para acompanhar o processo de renovação da Comissão Gestora – CG do açude
183 Jenipapeiro no município de Dep. Irapuan Pinheiro. O Sr. Leandro lembrou que o açude
184 Jenipapeiro tomou cerca de 07 m (sete) metros durante a quadra chuvosa de 2019, e que desse
185 modo, era de suma importância a constituição dessa CG para melhor gerir a água do referido
186 sistema hídrico. A Sra. Flaviana indagou a plenária: “*quem de forma espontânea gostaria de fazer*
187 *parte dessa comissão de renovação?*”. O Sr. Leandro lembrou que talvez fosse mais interessante
188 que a comissão fosse composta por membros dos municípios de Dep. Irapuan Pinheiro e
189 Solonópole, haja vista serem entes de participação da gestão do reservatório. Após algum tempo
190 sem ninguém se pronunciar, a **Sra. Flaviana** se propôs a **integrar a comissão**, ato posteriormente
191 seguido pelos **Srs. Frankalino e Max Carrieri**; o quarto integrante escolhido foi o **Sr. Vanier**, por
192 aclamação da plenária. Caso algum membro titular não possa comparecer, será substituído pelo seu
193 suplente. Escolhida a comissão a Sra. Flaviana passou a palavra ao Sr. Almeida para a apresentação
194 da Situação Hídrica do Médio e Baixo Jaguaribe. O Sr. Almeida iniciou sua fala mostrando o
195 Boletim da Evolução Volumétrica dos Açudes Monitorados da Bacia Hidrográfica do Médio e
196 Baixo Jaguaribe com ênfase para o açude Jenipapeiro que em 01/02/2019 se encontrava na cota
197 85,59 e seco (0% em volume) e em 05/06/2019 tivemos uma grata surpresa de está na cota 93,03 e
198 17,51% em volume, o que garante o abastecimento hídrico do município de Dep. Irapuan Pinheiro
199 durante o ano de 2019 com folga. Mencionou ainda o açude Riacho da Serra em Alto Santo que em
200 01/02/2019 se encontrava na cota 76,86 e com volume de 2% e em 05/06/2019 estava na cota 79,69

201 e 10,76% em volume. Outro destaque foi o açude Riacho do Sangue em Solonópole que em
202 01/02/2019 se encontrava na cota 104,02 e com volume de 0,17% e em 05/06/2019 estava na cota
203 109,66 e 12,43% em volume. O Sr. Almeida disse que apesar dos bons aportes conseguidos durante
204 a quadra chuvosa, a maioria dos açudes do Médio Jaguaribe são pequenos e que por isso eles foram
205 capazes de dar uma resposta significativa aos seguidos anos de estiagem. Continuando sua
206 exposição, o Sr. Almeida fez uma apresentação mais detalhada sobre o açude Castanhão que em
207 05/06/2019 encontrava-se na cota = 72,89 m – volume acumulado = 368,40 milhões m³ e volume
208 percentual = 5,5% de sua capacidade total de acumulação, estando desse modo a 33,11 m de sua
209 cota de soleira (capacidade máxima) e a 15,89 m de sua cota da tomada d'água (capacidade mínima
210 que permite liberação de água à jusante). Na sequência demonstrou as condições de operação da EB
211 Castanhão e o cenário definido para a operação emergencial 2019.1 (até 30/06/2019) cuja vazão
212 média aprovada fora 3,5 m³/s distribuídos da seguinte forma: 1,30 m³/s (Eixão) e 2,20 m³/s (Rio
213 Jaguaribe). Informou também a liberação acordada para os principais perímetros públicos: 0,85 m³/s
214 (FAPIJA), 0,85 m³/s (DISTAR), 0,07 m³/s (Mandacaru) e zero de transferência de água (RMF). O
215 Sr. Almeida fez menção ainda ao acompanhamento da operação emergencial do açude Castanhão
216 cuja vazão média total no período de 28/03/2019 a 04/06/2019 foi de 2,471 m³/s e a vazão total do
217 dia 04/06/2019 foi de 3,383 m³/s. Concluiu mostrando fotos do monitoramento quantitativo e das
218 ações de fiscalização, pontuando que a crise hídrica que ainda está em curso requer que sejam
219 atendidos os usos prioritários previstos em lei que são o abastecimento humano e a dessedentação
220 animal. E destacou que afora a essas situações prioritárias de uso da água, a fiscalização tem feito
221 ações pontuais gerando o lacre de bombas, auto de infração e demais intervenções, apresentando
222 uma planilha sobre a campanha de fiscalização e lembrou que tais campanhas são de
223 responsabilidade da SRH e que a COGERH somente dar apoio logístico àquelas demandas. O Sr.
224 Almeida disse que temos um problema muito sério com relação ao abastecimento hídrico da cidade
225 de Jaguaretama, e, para que ela não venha a entrar em colapso durante o segundo semestre de 2019
226 já estamos fazendo um trabalho de dragagem na altura do Assentamento Alagamar e mencionou
227 que as máquinas já chegaram hoje para iniciar a obra. O Sr. Jurailson perguntou se existe alguma
228 possibilidade de transferência hídrica via Boqueirão/Riacho do Sangue para abastecer Jaguaretama?
229 O Sr. Almeida respondeu que isso vai se definido em reunião. O Sr. Leandro complementou a fala
230 do Sr. Almeida afirmando que ainda vai haver a reunião de parâmetros dos açudes isolados da sub-
231 bacia do Médio Jaguaribe, para posterior reuniões de alocação para definir a a liberação de água de
232 cada reservatório; nesses fóruns, portanto, é que se poderia discutir tais proposições. O Sr. Leandro
233 acrescentou que em recente visita técnica realizada pelos Núcleos Técnicos e de Gestão da Cogerh
234 Limoeiro ao açude Riacho do Sangue, verificou-se que ocorreu furto de parafusos na válvula do
235 referido sistema hídrico e que era preciso consertar isso o mais rápido possível, pois do jeito que
236 está inviabilizaria quaisquer futuras liberações do reservatório. E indagou: “*como o açude é*
237 *federal, como fazer?*”. O Sr. Fernando (DNOCS) falou que o caminho mais viável seria o envio das
238 informações para o Sr. Audísio a nível local, e o mesmo encaminharia a demanda para a Diretoria
239 Geral do DNOCS. No uso da palavra o Sr. Fernando perguntou ao Sr. Almeida se ele sabia a
240 quantidade de água transferida no ano passado do açude Castanhão para Fortaleza e RMF e o
241 quanto de volume o açude possui hoje? O Sr. Almeida respondeu que a respeito da transferência
242 hídrica para a RMF em 2018 ele não tinha dados no momento. O Sr. Fernando respondeu que no
243 ano passado foram enviados 351 milhões de m³ de água para Fortaleza e RMF e que hoje o açude
244 Castanhão tem 370 milhões de m³ de água. Mencionou que é preciso ter responsabilidade com essas
245 transferências hídricas para que não se venha a secar o reservatório. Alertou que se for mandado
246 água para Fortaleza no segundo semestre o Castanhão tende a entrar em colapso, haja vista
247 que a situação atual (hoje) é pior (mais desconfortável) do que no ano passado. O Sr. Elianildo disse
248 que é isso que vem ocorrendo nos últimos anos. E destacou que o Castanhão serve mais à Fortaleza
249 do que aos municípios do Médio Jaguaribe. Enfatizou, ainda, que um exemplo típico desse descaso
250 para com o Médio Jaguaribe e em especial com Jaguaribara, são os sucessivos prejuízos que os

251 piscicultores tem enfrentado ao longo dos anos, sem que ninguém olhe para esta questão. E
252 destacou: “*se Fortaleza tiver água tudo bem, os outros que se lasquem*”. Concluído esse ponto, a
253 Sra. Flaviana passa ao nono ponto da pauta que é a apresentação da FUNCEME “Impacto da
254 construção do açude Caraúbas sobre o açude Riacho do Sangue” – discussão da minuta de moção
255 01/2019 – apoio a construção do açude Caraúbas, município de Solonópole e concedeu a palavra a
256 Sra. Margareth para que a mesma explicasse o objetivo do trabalho da FUNCEME. A Sra.
257 Margarete agradeceu ao espaço cedido e mencionou que a apresentação é eminentemente técnica. O
258 Sr. Leandro pede a palavra e diz que talvez fosse importante fazer uma contextualização/resgate
259 sobre a solicitação da Prefeitura Municipal de Solonópole ocorrida durante a 59º RO ocorrida em
260 Jaguaribe em referência a construção do açude Caraúbas. Lembrou que naquela ocasião a Sra. Aline
261 fez uma apresentação defendendo a construção da barragem, falou que a verba já estava liberada
262 junto à Caixa Econômica Federal, com recursos garantidos via emenda parlamentar no valor de R\$
263 4.200.000,00 milhões de reais, porém faltava a outorga de execução de obra da SRH e naquele
264 momento, foi solicitado ao CSBH Médio Jaguaribe apoio à demanda oriunda de Solonópole, no
265 qual o comitê se mostrou favorável à causa. Lembrou que após aquela reunião o CSBH Médio
266 Jaguaribe enviou o Ofício N° 42/2019 solicitando a disponibilização de uma apresentação do estudo
267 de viabilidade técnica para construção do açude Caraúbas, haja vista que tomou-se conhecimento da
268 existência de um processo de N° 03001738/2019, em que fora anexado um parecer da FUNCEME
269 contrário à construção do reservatório, apontando que 92,54% da bacia de drenagem do açude do
270 Riacho do Sangue já estava comprometida. O Sr. Leandro finalizou dizendo que este é o motivo
271 deles (equipe da FUNCEME) estarem aqui e passou a palavra para a Sra. Margareth. A Sra.
272 Margareth afirmou que como o colegiado verá adiante, a FUNCEME nem é contra nem a favor da
273 construção do açude Caraúbas, e que eles estavam ali para dá uma resposta às solicitações de duas
274 instituições: o CSBH Médio Jaguaribe e a COGERH; em seguida passou a palavra o Técnico Sr.
275 Manoel Rodrigues para que ele fizesse a sua apresentação e considerações sobre a temática. O Sr.
276 Manoel iniciou sua apresentação intitulada de “Impacto da construção do açude Caraúbas sobre o
277 açude Riacho do Sangue”. Através do uso de imagens de satélite no mapeamento dos espelhos
278 d'água, o mesmo explicou que o monitoramento desses pequenos barramentos a montante do açude
279 Riacho do Sangue foram captadas pelas seguintes ferramentas: satélite Landsat - resolução espacial:
280 30 m, apoio de imagens de alta resolução espacial na elaboração dos mapeamentos, utilização de
281 modelos digitais de elevação, dentre outros. Dando prosseguimento foi mostrada uma sequência de
282 imagens de cobertura de nuvens ao longo do tempo na área estudada (dando ênfase a bacia do
283 Riacho do Sangue). Foi mostrado mapa da bacia do Riacho do Sangue cuja a ampliação da imagem
284 em tela subsequente é possível verificar a existência de inúmeros focos/pontos em azul, que
285 representam barramentos a montante do reservatório maior (Riacho do Sangue). Em seguida foi
286 mostrada imagem do satélite SENTINEL 2 datada de 19/05/2019 na qual é possível ver inúmeros
287 pontos brancos que representam espelhos d'água, corroborando com as imagens contidas nos mapas
288 anteriores. Avançando em sua exposição o Sr. Manoel trouxe um histórico da análise temporal do
289 espelho d'água do açude Riacho do Sangue X pluviometria do período: 768,24 ha e 27,41 milhões
290 m³ (2008), 871,76 ha e 31,54 milhões m³ (2009), 548,86 ha e 11,12 milhões m³ (2013), 85,15 ha e
291 3,85 milhões m³ (2016) e 43,78 ha e 1,99 milhão m³ (2017). Prosseguindo foi apresentada a
292 quantificação dos espelhos d'água da bacia do reservatório Riacho do Sangue considerando todos os
293 mapeamentos realizados pela FUNCEME, no qual é possível verificar a existência de 1.097
294 espelhos d'água, totalizando um volume de 83.826.555,00 m³ ou 83,83 milhões m³. O Sr. Manoel
295 mostrou mapas, imagens de satélite e as coordenadas geográficas da barragem Caraúbas em
296 Solonópole (UTM – 493761E e 9354420N). Nos mapas é possível a verificação tanto da quantidade
297 de espelhos d'água quanto de barramentos, bem como o potencial que esses barramentos a
298 montante do açude Riacho do Sangue podem impactar diretamente na acumulação do reservatório
299 supracitado. O Sr. Manoel concluiu sua apresentação e passou a palavra para o Sr. Nilo que fez uma
300 demonstração do Balanço Hídrico na Bacia Hidrográfica do Açude Riacho do Sangue X Aporte

301 Efetivo Considerando a Açudagem Construída, abordagem que levou em consideração os seguintes
302 dados: série histórica de precipitações observadas nas estações pluviométricas da rede
303 meteorológica da FUNCEME; séries de níveis e volumes dos reservatórios monitorados pela
304 COGERH na bacia hidrográfica do Riacho do Sangue; levantamento dos espelhos d'água do
305 mapeamento sistemático da FUNCEME; séries de variáveis meteorológicas das estações
306 automáticas da FUNCEME e do INMET e mapeamento das áreas controladas e não controladas das
307 bacias hidrográficas dos açudes. De acordo com o Sr. Nilo a metodologia adotada consistiu nos
308 seguintes pontos: balanço hídrico e cálculo das evaporações reais e afluições anuais aos açudes
309 considerados; determinação da evolução do volume total armazenado nos açudes da bacia ao longo
310 dos anos; estimativa da afluição efetiva, com o impacto da açudagem construída e cenário
311 projetado e comparação com o cenário onde não se considera a açudagem difusa para cálculo da
312 afluição (cenário otimista ...?). O Sr. Nilo mencionou que a proposta apresentada pela FUNCEME
313 mostra um descompasso entre o aporte efetivo (volume em hm^3) e a precipitação (mm), uma vez
314 que em virtude de grande quantidade de barramentos a montante, a precipitação verificada no
315 período não foi suficiente para significativos aportes no Riacho do Sangue. O Sr. Nilo ponderou que
316 como Engenheiro Civil e Analista em Hidrologia tem que se pensar nos aspectos macroestruturais:
317 custo x benefício do empreendimento, análise do projeto, alternativas disponíveis, benefício social,
318 entre outros. A Sra. Margareth complementou as palavras do Sr. Nilo afirmando que tem que se
319 pensar de forma macro (coletiva) para que as políticas públicas atinjam de forma mais efetiva toda a
320 sociedade. Agradeceu em nome da FUNCEME o espaço concedido pela COGERH e pelo CSBH
321 Médio Jaguaribe para que fossem feitas as considerações e elucidadas eventuais dúvidas quanto ao
322 projeto de construção do açude Caraúbas. Finalizou destacando que o papel daquela instituição era
323 eminentemente técnico e que não se tomava partido à causa que a eles foram apresentadas.
324 Concluída a apresentação da FUNCEME, a Sra. Flaviana indagou a plenária se havia algum
325 questionamento a ser feito aos técnicos da FUNCEME. O Sr. Max Carrieri sugeriu passar aos
326 questionamentos só depois da apresentação do contraditório. O Sr. Fernando disse que iria falar
327 naquele momento “*o maior especialista em barragens do Brasil*”, o professor Luiz Ernande. Em
328 suas considerações iniciais o Sr. Luiz Ernande agradeceu aos elogios, porém ponderou para que não
329 se fizessem exageros. Agradeceu ao espaço cedido pelo comitê para apresentação de suas
330 proposições e, por fim, agradeceu ao convite da Prefeitura Municipal de Solonópole para que ele
331 fizesse uma explanação no sentido de defender o projeto de construção do açude Caraúbas. Após a
332 sessão de agradecimentos, o Sr. Luiz Ernande fez uma rápida autoapresentação, dizendo que fora
333 Professor de Hidrologia da Universidade Federal do Ceará – UFC por mais de 30 (trinta) anos e
334 também Diretor de Operações do DNOCS. Mencionou que em sua experiência ao longo dos anos
335 algumas coisas não se discute, entre elas “*política, religião e hidrologia, haja vista que há muitas*
336 *variáveis e múltiplas interpretações*”. Continuando sua exposição, disse que “*não existe região*
337 *mais singular no mundo do que o Nordeste do Brasil e o Sudeste da Índia quanto aos aspectos*
338 *naturais, uma vez que ocorre somente duas estações do ano bem definidas, cuja dinâmica é*
339 *marcada pela atuação/ação das massas de ar que ora desencadeiam um período chuvoso, ora*
340 *proporcionam um período ou uma sequência de períodos de estiagem*”, como os que atualmente
341 vivenciamos. Lembrou que esse fato (irregularidade nas precipitações), talvez por si só já
342 justificasse a construção do açude Caraúbas. Segundo o Sr. Luiz Ernande, outro aspecto relevante
343 que corrobora para a construção do açude Caraúbas é que a “*área de afluição que corresponde a*
344 *uma corrente/fluxo abundante e perene capaz de acumular água na área a ser instalada a*
345 *barragem corresponde a 2,5 m/ano X precipitação*”, o que segundo o professor justifica o
346 empreendimento. O Sr. Luiz Ernande foi enfático ao afirmar que a construção de uma barragem não
347 deve se prender somente a dados técnicos. E lembrou que a técnica é importante, é claro, porém não
348 pode ser fator determinante, principalmente numa região semiárida e carente como em Solonópole.
349 Acrescentou que é preciso associar a técnica ao benefício social a ser gerado com a construção da
350 barragem – “*uma coisa tem que está atrelada a outra, não podendo dissociá-las, mas*

351 *complementá-las*". Em sua fala disse que a acumulação prevista em volume para o açude Caraúbas
352 corresponde a apenas 10% da acumulação total do açude Riacho do Sangue e que o benefício social
353 é visível: atenderá aos usos prioritários que são o abastecimento humano e a dessedentação animal,
354 e beneficiando cerca de 1.000 famílias. Finalizou sua fala afirmando que diante do exposto "*não há*
355 *como não defender a construção do açude Caraúbas*". Concluída a defesa do Projeto Caraúbas, o
356 Sr. Luiz Ernande foi aplaudido e ovacionado pela plenária, sobretudo pelos membros/integrantes do
357 CSBH Médio Jaguaribe de Solonópole. A Sra. Flaviana retoma a palavra abrindo espaço para
358 considerações/questionamentos acerca das apresentações da FUNCEME e do Professor Luiz
359 Ernande. O Sr. Jurailson pontuou que as apresentações foram importantes para que fizéssemos um
360 juízo de valor a respeito do assunto. Falou que a crise hídrica que há tempos estamos vivenciando
361 proporcionou esse debate. Afirmou, ainda, que "*a permissividade irresponsável de criação de*
362 *barragens está criando uma situação insustentável*" e acrescentou que Jaguaratama sofre com isso.
363 Destacou que estão questionando que vão deixar de abastecer 1.000 famílias, porém há que se
364 pensar no pessoal que está em baixo (a jusante), que talvez possua muito mais gente. O Sr. Max
365 Carrieri cumprimentou à mesa, em especial aos técnicos que de forma brilhante proporcionaram
366 esse debate. Prosseguiu dizendo que "*a gente não socializa miséria, mas sim riqueza*". Outro ponto
367 em sua visão é que tendo a oportunidade de ver as duas apresentações (da FUNCEME e do
368 Professor Luiz Ernande) tem-se o embate envolvendo 02 (dois) reservatórios: um feito e outro por
369 fazer que estão em situações antagônicas, ou seja em posições diametralmente opostas. Afirmou
370 que não se pode esquecer que o Riacho do Sangue cheio vai ter uma evaporação maior que a
371 capacidade total do Caraúbas. Disse ainda que é necessário ter em mente a noção do todo e de suas
372 partes. Acrescentou que a legislação de recursos hídricos deu a sociedade a capacidade de escolhas.
373 Pontuou que é preciso que não se enxergue somente a questão técnica nua e crua, mas que
374 enxerguemos também os benefícios sociais. Finalizou dizendo que tinha a convicção de que o
375 Caraúbas não atrapalharia o Riacho do Sangue. A Sra. Damiana pediu a palavra e falou que conhece
376 bem de perto a realidade, haja vista que faz parte do movimento "Atingidos por Barragens", quando
377 na época houve o deslocamento de várias famílias de sua terra para dar lugar ao açude Figueiredo.
378 Disse que ouviu atentamente as 02 (duas) propostas, porém afirmou que para haver um
379 posicionamento contra ou favor da causa outras perguntas necessitam de respostas, entre elas: quais
380 os impactos ambientais do empreendimento? Quais os impactos sociais? Onde estão os sujeitos e
381 quais os projetos e bandeiras que eles defendem? Qual o Custo X Benefício da construção da
382 barragem? Concluiu sua fala afirmando que é preciso discutir de forma aprofundada as questões
383 levantadas acima e fez uma crítica ao modelo de construção de grandes reservatórios empreendidos
384 tanto pelo poder público federal quanto pelo poder público estadual, pois em sua visão as decisões
385 sempre são tomadas de cima para baixo. A Sra. Alinde disse que pensa diferente. Pensa nas mais de
386 1.000 famílias que ver a água passar, ver a água correr longe de suas casas e pequenas propriedades,
387 que ver o animal morrer a míngua sem que se possa fazer nada. Concluiu sua explanação de forma
388 enfática dizendo que é por isso que ela defende a construção do açude Caraúbas. O Sr. Nilo pediu a
389 palavra e disse que o trabalho da FUNCEME não tem só um olhar, só um papel tecnocrático; "*a*
390 *gente trabalha para a sociedade*". Destacou que o objetivo da apresentação está em consonância
391 com as premissas da instituição em que ele trabalha que é "*difundir informação confiável para a*
392 *sociedade*". Disse mais uma vez que o corpo técnico da FUNCEME não está defendendo nem se
393 posicionando contra a construção do açude Caraúbas, tanto que eles não chegaram a estudar o
394 projeto, o que em seu entendimento, é imprescindível para a emissão de qualquer juízo de valor.
395 Falou, ainda, que ficou feliz em reencontrar o Sr. Luiz Ernande que fora seu professor da disciplina
396 de construção de barragens a mais de 30 anos na academia. Ressaltou a importância do comitê
397 como arena deliberativa e de debate contínuo entre os mais variados segmentos da sociedade, fatos
398 que em sua visão poderia falar com propriedade, haja vista ser membro do CSBH Médio Jaguaribe
399 a bastante tempo e agradeceu ao espaço para a apresentação e considerações. A Sra. Flaviana
400 agradeceu a FUNCEME e a Prefeitura Municipal de Solonópole por trazer essa discussão para o

401 comitê e destacou que “*aqui é o lugar de discussão, aqui é um ambiente aberto para toda a*
402 *sociedade*”. O Sr. Jurailson perguntou sobre qual o grau de resultatividade do comitê a respeito da
403 questão do açude Caraúbas? O Sr. Leandro respondeu que o comitê pode dar apoio, somar esforços,
404 abraçar a causa. A definição quanto a concessão da outorga fica a cargo da SRH. O Sr. Max Carrieri
405 disse que o Sr. Leandro sintetizou muito bem a situação e que eles trouxeram o assunto para o
406 comitê porque além de ser importante a discussão no colegiado, acreditam, ainda, que o apoio do
407 comitê fortaleceria a aprovação da outorga junto à SRH. Encerradas as discussões, a Sra. Flaviana
408 passou a ler a minuta da moção de apoio a construção do açude Caraúbas. Feita a leitura a Sra.
409 Flaviana colocou a questão para votação/apreciação do colegiado cujo resultado fora: 20
410 instituições votaram a favor e houveram 02 abstenções. Uma vez finalizado este tópico, a Sra.
411 Flaviana concedeu a palavra ao Sr. Daniel Linhares que saudou a mesa, o Presidente da Câmara
412 Municipal de Jaguaretama, a Presidente Flaviana e todos os presentes. Prosseguindo o Sr. Daniel
413 chamou para sentar-se à mesa a Sra. Lívia Barreto (Secretária de Recursos Hídricos de Jaguaribara)
414 e o Sr. Francisco José (piscicultor de Jaguaribara) e solicitou à COGERH que ela retornasse a
415 liberar a mesma quantidade de água que antes era disponibilizada para o Projeto Mandacaru. O Sr.
416 Daniel concedeu a palavra a Sra. Lívia Barreto para que ela fizesse uma explanação sobre a recente
417 mortandade de peixes ocorrida no mês de maio de 2019 no açude Castanhão. Fazendo uso da
418 palavra a Sra. Lívia Barreto destacou que enxergando a importância e a visibilidade desse comitê
419 foi que ela resolveu aceitar o convite do Sr. Daniel para vir a essa sessão e prestar os
420 esclarecimentos necessários a respeito do triste fato recém ocorrido em seu município. Relatou que
421 do dia 19 para o dia 20 de maio de 2019, infelizmente se vivenciou mais um episódio de tristeza em
422 Jaguaribara, no qual mais de 02 (duas) mil toneladas de tilápia de forma inexplicável vieram a
423 morrer impactando diretamente na economia do município. Em suas palavras, “*desequilibrou o que*
424 *já estava desequilibrado*”. Pontuou que em virtude do fato o Prefeito Municipal de Jaguaribara
425 decretou estado de calamidade. Segundo a Sra. Lívia, o resultado do sinistro pôde ser visto/sentido
426 em várias frentes: mais de 100 (cem) famílias foram direto ou indiretamente atingidas; a energia
427 elétrica de muitos produtores foi cortada impactando na retomada da criação de peixes; desemprego
428 em massa; mais de 40 (quarenta) famílias praticamente sem ter o que comer, fazendo algumas
429 refeições na Igreja da cidade. Mencionou que o quadro é desolador e relembrou que em tempos
430 áureos Jaguaribara já fora o maior produtor de tilápia do país. Destacou que “*há 17 (dezessete)*
431 *anos se cria tilápia em Jaguaribara com tecnologia, acompanhamento e assistência técnica*”. Para
432 ela, hoje o que se vê é um quadro caótico, pois “*se não bastasse a sucessão de anos de estiagem,*
433 *nos deparamos de tempos em tempos com eventos estranhos que vêm dizimando a nossa principal*
434 *fonte de renda*”. Para a Sra. Lívia o mais agravante ainda é que não se tem contrapartida do
435 Governo do Estado. Reclamou da falta de informação por parte da COGERH e chamou a atenção
436 que era preciso estreitar os laços institucionais, como ocorre com o DNOCS. Disse que Jaguaribara
437 não tem uma fábrica para empregar seus munícipes. Por fim falou que “*Jaguaribara não quer ser*
438 *melhor que os outros municípios, a questão porém, é que nossa cidade é diferenciada, pois ela foi*
439 *destruída para dar vida aos outros*”. Disse que os Jaguaribarenses entendem perfeitamente a
440 função do Castanhão, no atendimento aos múltiplos usos e principalmente atender Fortaleza e RMF,
441 porém tem que se olhar também para àqueles que tiveram suas vidas destroçadas e foi enfática ao
442 afirmar que não vão desistir até conseguirem uma audiência pública com o Governador do Estado.
443 Agradeceu a Sra. Flaviana pelo espaço cedido e passou a palavra para o Sr. Francisco José que
444 inciou o seu pronunciamento agradecendo ao CSBH Médio Jaguaribe pela oportunidade. Disse que
445 estava ali para somar e não para brigar ou promover o desentendimento com quem está acima ou
446 abaixo do Castanhão. Fez um rápido retrospecto da cadeia produtiva da tilápia demonstrando que
447 no ano de 2015 existiam cerca de 3.000 pisciculturas que geravam no mínimo em torno de 4
448 empregos diretos por piscicultor, perfazendo um total de 12.000 empregos diretos. Ressaltou que
449 naquele mesmo ano Jaguaribara tinha em torno de 6.000 habitantes, de onde se conclui que existia
450 emprego e renda para a cidade e para parte do Vale do Jaguaribe, afora os empregos indiretos

451 gerados em todo o ciclo produtivo. Prosseguindo, disse que em 2015 ocorreu o primeiro evento que
452 dizimou mais de 03 (três) mil toneladas de pescado e que arruinou grande parte da produção. Na
453 época atribui-se a mortandade de peixes a manobra na válvula do açude Castanhão
454 realizada/operacionalizada pela COGERH. Destacou que feitas algumas reuniões e alinhamento de
455 procedimentos a situação melhorou e nos anos 2016, 2017 e 2018 não foram registrados eventos
456 dessa natureza. Lamentou que infelizmente em maio de 2019 aconteceu mais uma vez uma grande
457 mortandade de peixes que foram registrados em inúmeros veículos de comunicação e disse que
458 *“supomos que o fechamento brusco da válvula é que causou esta tragédia”*. Isso proporcionaria o
459 chamado **“Golpe de Ariete”**, a que se denominam às variações de pressão decorrentes da
460 alternância de vazão, causadas por alguma perturbação voluntária ou involuntária, que se impunha
461 ao fluxo de líquidos em condutos, tais como operações de abertura e fechamento de válvulas, falhas
462 mecânicas de dispositivos de proteção e controle, parada de turbinas hidráulicas e ainda de bombas
463 causadas por queda de energia de motor, dentre outras causas. Finalizou o Sr. Francisco José,
464 afirmando que diante das incertezas sugere estudo/diagnóstico sobre o caso. O Sr. Almeida pediu a
465 palavra e disse que todos nós que fazemos a COGERH tomamos conhecimento do fato. Continuou
466 dizendo que no dia 14/06/2019 houve uma alteração de apenas 0,5 cm na válvula e que isso,
467 certamente não gerou o problema. O Sr. Francisco José retrucou que a manobra aconteceu no dia
468 19/06/2019. O Sr. Almeida disse que não estava ali para polemizar: *“eu estou falando que foi dia
469 14 e você está dizendo que foi dia 19, então não tenho mais nada a falar”*. O Sr. Elianildo afirmou
470 que no dia 16/06/2019 fizeram uma manobra e que provavelmente foi isso que gerou o problema.
471 Disse que é preciso haver um estudo sério sobre esse problema: *“não dar mais para persistir no
472 mesmo erro”*. Finalizou pedindo ajuda para Jaguaribara: *“a Jaguaribara de hoje é diferente da
473 Jaguaribara de ontem; hoje não se tem terra, hoje não se tem renda. Se um filho seu pedir para
474 você contar a História de seu município, não tem: é uma nação sem História”*. O Sr. Joseane
475 mencionou que entende e se sensibiliza com o que houve em Jaguaribara, porém destacou que todos
476 os municípios, todos os produtores sofreram e tiveram problemas com a estiagem prolongada.
477 Destacou que também que houve incentivo exagerado a piscicultura. O Sr. Joseane mencionou que
478 *“certa vez eu falei com um vice-prefeito de Jaguaribara sobre a superprodução de peixe, que era
479 peixe demais e ele me disse que eu ficasse calado que eu não sabia de nada”*. Concluiu sua fala
480 afirmando que de certa forma *“isso já era uma tragédia anunciada”*. O Sr. Max Carrieri disse que
481 tudo o que se fizer por Jaguaribara ainda estaremos em dívida. A Sra. Flaviana colocou as
482 solicitações da Prefeitura Municipal de Jaguaribara para apreciação do colegiado e as mesmas
483 foram aprovadas por unanimidade. Após esse momento a Sra. Flaviana passou a palavra para o Sr.
484 Leandro que apresentou os seguintes informes: a) dia 11/06/2019 – Reunião com as Diretorias dos
485 CSBH's para Discussão de Cenários de Alocação dos Vales Jaguaribe e Banabuiú; b) dia
486 19/06/2019 – Reunião do CONERH; c) dias 26 e 27/06/2019 – Capacitação do CSBH Médio
487 Jaguaribe (visita a fontes em Tabuleiro do Norte e Jaguaribe) referente ao orçamento 2018. Logo
488 após foram lembradas pela Sra. Flaviana as propostas de encaminhamentos, sendo que ao final
489 foram aprovados como encaminhamentos as seguintes demandas: **1 – Enviar à SRH Moção de
490 Apoio para construção do açude Caraúbas, município de Solonópole aprovado pela plenária -
491 Votação: 20 favoráveis e 02 abstenções; 2 – Solicitar à COGERH a realização de estudo sobre
492 a mortandade sazonal de peixes no açude Castanhão; 3 – Enviar à COGERH ofício
493 solicitando que haja uma comunicação prévia (no mínimo 48 horas) aos órgãos competentes
494 (Prefeitura Municipal de Jaguaribara, Câmara Municipal de Jaguaribara, Associações e
495 Produtores Locais) sobre qualquer evento que venha a ser realizado pela COGERH nos
496 equipamentos que controlam a vazão do açude Castanhão que possa comprometer os
497 produtores; 4 – Enviar ofício à COGERH solicitando que o enchimento do piscinão seja feito
498 no período diurno para facilitar o bombeamento para o Projeto Mandacaru. Por não haver
499 nada mais a ser tratado, a Sra. Flaviana Guimarães declarou encerrada a reunião, e eu, Aroldo Vidal
500 de Assis, Analista em Gestão de Recursos Hídricos do Núcleo de Gestão das Bacias do Baixo e**



501 Médio Jaguaribe, lavrei a presente ata, que segue assinada pelos membros do CSBH do Médio
502 Jaguaribe.